



ESPECIAL



SOCIEDADES DE ADVOGADOS MAIS INOVADORAS

PANDEMIA FORÇA SOCIEDADES A CARREGAR NA TECLA DA INOVAÇÃO

O setor da advocacia já dava passos inovadores para deixar para trás a fama de ser “tradicional” e a pandemia de Covid-19 veio acelerar o ritmo. O uso da tecnologia de vanguarda, de modelos de organização flexíveis e novas prioridades no recrutamento vão ser cruciais para as sociedades garantirem continuidade, proximidade, segurança e evolução no negócio.

ANÁLISE

Pandemia dá “empurrão” às sociedades para inovarem ● I

TECNOLOGIA

A modernização “inevitável” de um setor bastante tradicional ● IV

ENTREVISTA

João Maciel

Senior Manager de Finance, Tax & Legal na Michael Page

“O melhor candidato é aquele que o nosso cliente contrata” ● VII



FÓRUM

Como conciliar deontologia e os deveres da profissão com a mudança tecnológica? ● X

TECNOLOGIA

A modernização “inevitável” de um setor tradicional

Mesmo antes da aceleração que a pandemia promoveu, as sociedades de advogados de maior renome viviam já um processo de transição digital que facilitou a adaptação à advocacia remota.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

Normalmente encarado como um setor bastante tradicional, onde o carácter das operações do dia a dia obrigam a procedimentos robustos e de difícil agilização, a advocacia é uma área que tem vindo a transitar há algum tempo para uma realidade cada vez mais digital e tecnológica, como atesta a resposta de várias firmas às restrições causadas pela pandemia ao trabalho presencial.

As sociedades de advogados entrevistadas pelo JE reportam todas um processo ágil de passagem para a situação de trabalho remoto graças a sistemas tecnologicamente avançados de comunicação, tanto entre colegas como para a relação advogado-cliente, que já existiam pré-Covid-19.

“Sempre apostámos em tecnologia e na digitalização da nossa atividade e já tínhamos adotado todas as ferramentas de trabalho digital ou à distância que nos permitiram um ajuste célere”, explica Duarte de Athayde, managing partner da Abreu Advogados.

“O nosso investimento foi no reforço da capacidade de resposta das tecnologias que já utilizávamos, nomeadamente de videoconferência, webinars em Zoom e Teams, assinatura de documentos, salas de dados virtuais, etc.”, diz.

“O que fizemos foi reforçar os testes de stress à nossa rede e uma acentuada análise à qualidade técnica dos suportes de tecnologia de que dispomos”, adianta Duarte de Athayde.

João Vieira de Almeida reforça esta ideia: “não foram utilizadas tecnologias adicionais às que já eram utilizadas. Foi apenas reforçada a capacidade e a segurança das soluções existentes de acesso

remoto aos sistemas da firma”, revela o managing partner da Vieira de Almeida.

Este retrato mostra um setor tecnologicamente evoluído e preparado para lidar com uma realidade progressivamente mais digital. E, ainda que tal seja maioritariamente válido para escritórios de média e grande dimensão, particularmente os mais conceituados, a tendência de transição digital já se verificava antes da pandemia que alterou a forma de trabalhar no mundo.

Segurança é fulcral

Os softwares jurídicos das firmas, por exemplo, foram um meio utilizado por algumas firmas líderes que, dispondo já deste tipo de serviço, o tornaram mais robusto, seguro e capaz, de forma a conseguir responder às exigências dos últimos meses.

Duarte de Athayde recorda que “no final de 2019, a Abreu Advogados integrou, nas suas instalações, o Abreu Security Operations Center, um inovador centro de informação e segurança que garante o tratamento cuidado dos ativos (informação, redes e sistemas) geridos pela sociedade, fomentando a expansão da capacidade da Abreu em matéria de cibersegurança”.

Também na PRA – Raposo, Sá Miranda e Associados as estruturas tecnológicas já existentes foram chave para a manutenção da operação durante o período mais crítico de confinamento.

“Com base na estrutura tecnológica já implementada, foi reforçada a capacidade de ligações remotas e os níveis de cibersegurança, perante a necessidade de implementar o PRA Home Office para todos os advogados e colaboradores”, explica Pedro Sá, sócio e membro do Conselho de Administração da firma.

Verifica-se, portanto, que as ferramentas tecnológicas já estavam à disposição dos profissionais, num esforço para melhor acompanhar os clientes, agilizando processos e rentabilizando o tempo. A preocupação com cibersegurança e proteção dos dados pessoais dos clientes é fulcral num meio em que a confidencialidade é sagrada.

Ainda assim, rotinas de reunião ou comunicação com clientes passaram a ser feitas em várias plataformas de comunicação online não específicas à atividade, como relembra João Diogo Manteigas, sócio fundador da Mota, Manteigas & Associados. “Assistimos a um verdadeiro boom nesta vertente de reuniões e meetings online”, salientando as “videoconferências e videochamadas, quer realizadas via Skype e WhatsApp (numa primeira instância), quer por Zoom”.

Para as sociedades de maior capacidade inovativa e tecnológica, conceitos de ponta como inteligência artificial, blockchain ou análise de dados são já uma realidade e a expectativa dentro do meio é que assumam uma relevância crescente.

“Áreas como a inteligência artificial ou a robótica têm apresentado enormes vantagens na rentabilização e otimização de processos em diferentes áreas de negócio e serão, também na advocacia, impulsionadoras de uma grande revolução”, lembra Duarte de Athayde.

Inteligência artificial para dar agilidade

Na advocacia, a inteligência artificial permite uma maior agilização de tarefas repetitivas como gestão de documentos ou a redação de documentos de matriz padrão, como alguns tipos de contratos ou procurações. Uma tec-

Na advocacia, a inteligência artificial permite uma maior agilização de tarefas repetitivas como gestão de documentos ou a redação de documentos de matriz padrão, como alguns tipos de contratos ou procurações





Shutterstock

nologia de inteligência artificial aliada à análise de dados poderá, por exemplo, prever decisões judiciais com base em casos semelhantes já julgados.

João Vieira de Almeida acredita numa tendência semelhante. “Antecipo uma advocacia sustentada em bases tecnológicas cada vez mais complexas, (...) maiores necessidades de integração do conhecimento e normalização de plataformas colaborativas com outros prestadores de serviços”.

Mas não é só na relação com o cliente e as instituições judiciais que as firmas que hoje lideram o processo de transição digital fazem uso da tecnologia.

João Vieira de Almeida lembra, por exemplo, a utilidade e eficiência destes recursos na “evolução gradual dos modelos de carreira e progressão dos associados”, um procedimento interno das sociedades que garante uma melhor retenção e promoção do talento de cada escritório.

Para que a tecnologia possa tornar-se parte integrante da atividade jurídica é preciso que existam infraestruturas institucionais adaptadas a estes novos processos, algo que a situação extraordinária causada pela pandemia acelerou e que várias sociedades fazem questão de realçar.

Pedro Sá, apesar de reconhecer algumas fragilidades no processo legislativo e nas normas aprovadas para a prática durante a pandemia, nomeadamente a consolidação e o período de teste que ainda não decorreram, elogia a “reação global por parte do Estado, (...) que foi no sentido certo e deixará provavelmente uma marca positiva no sistema – de digitalização, comunicação remota, desformalização e flexibilidade global, mais próxima dos bons exemplos de outras jurisdições”.

Rumo ao “advogado-remoto”

Já Duarte de Athayde prefere esperar para ver, dada a incerteza que o momento atual carrega e as alterações legislativas em curso, que se deverão estender até 2021. Para João Vieira de Almeida, apesar de a adaptação ter corrido “de forma e aplicação não consensual”, esta foi “rápida (...) no que toca a procedimentos de natureza emergencial”, ou os tribunais.

Já João Diogo Manteigas lembra os vários atos próprios dos advogados que podem ser concluídos online, como o “predial on-line, o portal da empresa e o automóvel online”, ferramentas que têm permitido uma agilização de processos relevante. Ainda assim, a expectativa é que “os atos jurídicos, acima de tudo a nível processual, irão sofrer algumas alterações que irão permanecer para o futuro”.

Assim, o setor prepara-se para tempos de forte mudança e aceleração no processo de transição digital, rumo a um verdadeiro “advogado-remoto”. “É curioso relembrarmos que a nossa atividade profissional já envolve a possibilidade de fácil mobilidade, bem como de uma adaptação célere a qualquer espaço distinto dos habitats profissionais habituais”, relembra João Diogo Manteigas.

“Nos tempos vindouros, os advogados verão essa sua capacidade sobressair: a de que conseguem prestar, junto de qualquer cliente, um acompanhamento atual e em *full-time*”, conclui.

“Os próximos anos serão um enorme desafio a uma verdadeira modernização – incluindo da OA – e seria ótimo que esse movimento, que é inevitável, fosse liderado pelos próprios advogados”, remata João Vieira de Almeida. ●

Para que a tecnologia possa tornar-se parte integrante da atividade jurídica é preciso que existam infraestruturas institucionais adaptadas a estes novos processos, algo que a situação extraordinária causada pela pandemia acelerou